

Financiamento do acesso universal à água, ao saneamento e à higiene até 2030

Recomendações

- O estatuto da água e do saneamento como direito humano significa que é o dever dos governos que se estão a preparar para a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Addis Ababa garantir financiamento adequado para o acesso universal. Este dever deveria contribuir informação para as negociações e reflectir-se no Acordo de Addis.
- Reforçar a mobilização dos recursos domésticos deveria ser a primeira abordagem para financiar o acesso universal, com aumento das atribuições governamentais, tarifas eficazes e económicas, e um sector privado vibrante e bem regulamentado.
- A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) continua a ser vital nos contextos dos países de rendimentos baixos. As atribuições para a água e o saneamento têm de aumentar substancialmente, concentrando-se fortemente na equidade, na sustentabilidade e em reforçar os sistemas.
- Os países de rendimentos altos deveriam atribuir 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) à ODA e 0,15 – 0,2% para os países menos desenvolvidos, com prazos curtos obrigatórios para os doadores que não o fizerem.¹
- Os governos e os doadores deveriam cumprir os compromissos existentes relativos à eficácia do desenvolvimento feitos em Paris, Accra e Busan, e os princípios fundamentais deveriam ser incluídos no Acordo de Addis.
- O financiamento privado internacional tem um papel cada vez mais importante para financiar o desenvolvimento sustentável, mas é necessário tomar muito cuidado para garantir que o financiamento com empréstimos privados e oficiais não introduz uma nova crise da dívida pós-2015.
- As parcerias públicas-privadas (PPPs) exigem uma avaliação cuidadosa para garantir que os serviços são económicos para as pessoas pobres, incluem mecanismos de transparência e prestação de contas, e oferecem uma boa relação custo/benefício a longo prazo.
- Deve criar-se um impulso significativo para o desenvolvimento de fontes inovadoras de financiamento para os activos públicos globais, incluindo a absorção geral de carbono e as taxas das transacções financeiras.



- Uma prioridade deveria ser operacionalizar o Fundo Verde do Clima, actuando urgentemente para pôr em vigor as promessas expeditas feitas em Copenhaga, e dando maior ênfase aos subsídios do que aos empréstimos.
- Os países em desenvolvimento devem ser apoiados para estabelecerem metas de adaptação e mitigação com base na evidência, com suficientes fundos de adaptação para melhorar a segurança hídrica para as pessoas pobres.

2015 – um ano decisivo

2015 assinala um ano crítico para o desenvolvimento sustentável, com três cimeiras que irão definir a ordem do dia do desenvolvimento para os próximos 15 anos: a Terceira Conferência do Financiamento do Desenvolvimento em Addis Ababa em Julho; a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) em Setembro e a Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas em Dezembro. A nota informativa da WaterAid concentra-se em Addis Ababa, e toma em consideração algumas das questões de financiamento principais a serem abordadas para que se consiga acesso universal à água, ao saneamento e à higiene (WASH) até 2030.

A ONU reconhece o direito humano à água e ao saneamento, e este facto tem de continuar a ser o foco das preparações e discussão para Addis Ababa para que as metas da água e do saneamento e da erradicação da pobreza tenham possibilidade de êxito.² Os serviços de WASH têm de ser seguros e económicos para toda a gente. Também é importante assegurar que as lições aprendidas durante o período dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) contribuem informação para as abordagens para a estrutura pós-2015 - incluindo reconhecer um grande êxito em relação ao objectivo do ODM para a água, relativamente ao abandono do saneamento e da higiene, e a incapacidade de abordar adequadamente as questões de equidade e sustentabilidade dos serviços³.

Mobilização dos recursos domésticos: abordagem principal para financiar os SDGs

As preparações para Addis Ababa têm dado prioridade, com o que nos congratulamos, à mobilização dos recursos domésticos (DRM)⁴. É essencial que haja uma DRM eficaz para erradicar a pobreza e prover os serviços públicos e a infra-estrutura necessários para o desenvolvimento sustentável. Também permite que os países em desenvolvimento se responsabilizem pelas estratégias de desenvolvimento, satisfaçam as necessidades dos próprios cidadãos e adoptem um modo de deixar de depender da ajuda.⁵ Para o sector da água e do saneamento, uma DRM eficaz exige uma utilização ideal dos três Ts - tarifas, taxas e transferências - domésticos.⁶

As tarifas têm de ser definidas a nível económico, consistente com o direito humano à água, com tarifas de subsistência e subsídios cruzados para garantir o acesso para as pessoas pobres. Para além de criar suficientes rendimentos operacionais e de manutenção para as empresas de serviços, as tarifas têm de proporcionar incentivos para a eficiência hídrica na agricultura e na indústria⁷. Também é crucial melhorar as

receitas dos impostos governamentais dos níveis baixos actuais e aumentar as atribuições para a água e o saneamento. Em África, as declarações de 2008 de eThekweni e Sharm el-Sheikh comprometeram os países a gastar 0,5% do Produto Interno Bruto no saneamento e na higiene, o que tem sido quase universalmente ignorado.⁸ Melhorar DRM também exige que se encoraje um sector privado vibrante; os gastos dos agregados familiares de rendimentos baixos dirigem-se frequentemente às empresas, empresários e operadores sociais pequenos, tais como os vendedores de água, pessoas que esvaziam fossas, ou artesãos que constroem latrinas. Os governos têm de promover um ambiente que leve ao envolvimento do sector privado, mas também têm de estar preparados para reforçar os regulamentos de modo que as pessoas pobres não sejam exploradas por operadores com poucos escrúpulos, ou uma actividade fragmentada e não coordenada dos actores do sector possa piorar a poluição devido aos desperdícios humanos. A Figura 1 define alguns aspectos importantes de DRM no sector da água e do saneamento.

Os governos nos países industrializados podem fazer muito mais para reforçar DRM nos países em desenvolvimento. Os exemplos incluem proporcionar ajuda nos contextos frágeis ou pós-conflito para reconstruir administrações públicas destruídas, apoiar melhorias na governação e na transparência para lidar com a corrupção, e ajudar a abordar as restrições relacionadas com os recursos humanos e a absorção financeira⁹. Actuar de modo significativo em relação aos paraísos fiscais, que estimulam a corrupção, e em relação à avaliação incorrecta de transferências (mispricing) por parte de corporações transnacionais, que corrói as bases de tributação, também são contribuições importantes para a coerência das políticas internacionais.¹⁰

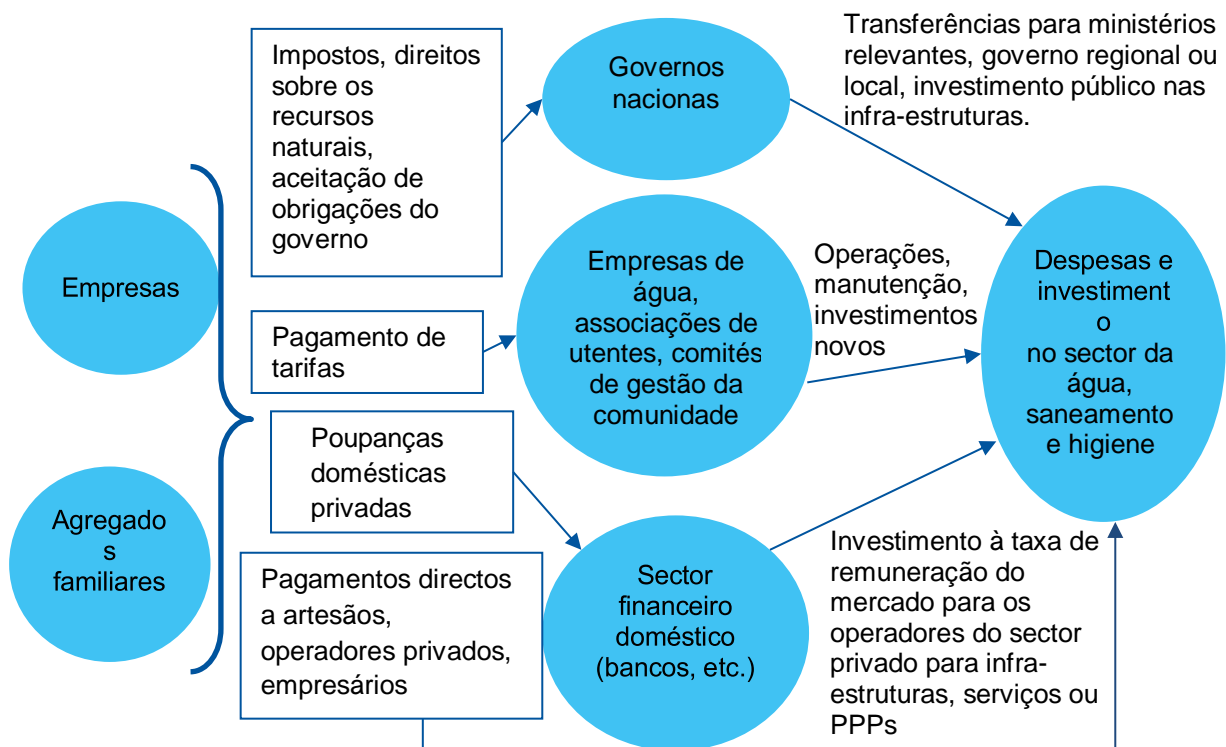


Figura 1: Aspectos da mobilização dos recursos domésticos para o sector de água e de saneamento

Função cada vez maior para as finanças públicas internacionais

As finanças internacionais, tanto as públicas como as privadas, também vão ser uma fonte essencial de financiamento para o acesso universal. Diversos países de rendimentos altos cumpriram ou ultrapassaram a linha de referência internacional da ODA de 0,7% do RNB. A ODA é um complemento vital do DRM para financiar os ODSs nos contextos dos países de rendimentos baixos, mas volumes de 10 mil milhões de dólares por ano não são suficientes numa base per capita para garantir as melhorias necessárias para o acesso universal. São necessários prazos obrigatórios e a curto prazo para os países de rendimentos altos que ficaram aquém do valor de 0,7% – uma violação clara dos compromissos feitos em Monterrey em 2002.¹¹ As linhas de referência aceites para os países menos desenvolvidos (0,15 - 0,2% do RNB) também não estão a ser cumpridas, e a eficácia da ODA para a água e o saneamento poderiam melhorar substancialmente se visasse com base nas necessidades; fosse proporcionada sob a forma de subsídios; e através da renovação e reforço das promessas sobre propriedade nacional, conformidade, harmonização, resultados e prestação de contas feitas em Paris, Accra e Busan.

A cooperação Sul-Sul é uma fonte de financiamento em aumento para muitos países, estando a China, o Brasil, a Índia e os Estados do Golfo a fazer investimentos cada vez mais significativos, o que é visto com muito agrado, mas, juntamente com muitos fluxos separados dos países da OCDE, contribui para uma proliferação que introduz um risco de fragmentação, maiores despesas de transacção e dificuldades relacionadas com a sustentabilidade das dívidas.

Um papel cada vez maior para os fluxos privados internacionais

É provável que os fluxos privados internacionais tenham um papel cada vez maior na estrutura de financiamento pós-2015, especialmente nos países de rendimentos médios e no financiamento da infra-estrutura urbana. As PPPs são frequentemente o modo preferido para mobilizar e canalizar os fluxos privados para a água e o saneamento, ajudando a abordar as questões específicas ao sector tais como intensidade de capital elevada, pressão política relacionada com as tarifas e risco soberano. Exemplos de PPPs incluem contratos para construir-possuir-fazer funcionar-transferir e construir-fazer funcionar-transferir, em que os concessionários privados constroem e financiam projectos e os põem a funcionar por um período antes de transferir os activos para a propriedade pública. No entanto, as PPPs exigem uma avaliação cuidadosa para garantir que os serviços são económicos para as pessoas pobres, incluem mecanismos de transparência e de prestação de contas, e oferecem uma boa relação custo/benefício a longo prazo. O crescimento das remessas e dos fluxos de filantropia privada e ONGs internacionais (USD340 mil milhões e USD45 mil milhões por ano respectivamente para todos os sectores) apresenta uma oportunidade adicional para financiar WASH a partir de fluxos internacionais privados que não criam dívidas.

Necessário focar a atenção principalmente em criar sistemas nacionais

No âmbito do sector de WASH está a surgir o consenso de que uma condição necessária para se dar o salto qualitativo no desempenho do sector para se conseguir o acesso universal aos serviços de WASH é focar a atenção concertadamente em criar

sistemas nacionais para gerir uma estratégia de reforma progressiva. Os protagonistas externos tanto do sector público como do privado têm um papel a desempenhar para executar as próprias actividades e proporcionar apoio de modo a reforçar os sistemas nacionais, devendo os doadores em particular harmonizar o comportamento com os doadores não tradicionais, de acordo com princípios estabelecidos que apoiam os esforços liderados pelos países.

O Quadro 1 mostra alguns comportamentos fundamentais que a WaterAid está a promover com os parceiros de Saneamento e Água para Todos (SWA).¹²

Quadro 1: Comportamentos para uma cooperação para o desenvolvimento eficaz, equitativa e sustentável no sector de WASH

1. Desenvolver e apoiar o "Plano One National" para o investimento e a assistência técnica

A liderança nacional é essencial para dirigir e coordenar os recursos - incluindo o apoio externo - relacionados com as prioridades do sector e de desenvolvimento aceites a nível nacional. A liderança governamental no desenvolvimento do sector é mais forte quando apoiada por um plano do sector que realce a capacidade do governo de coordenar os investimentos do sector e a provisão de serviços. Quando as estratégias e as prioridades nacionais do sector são fracas ou inexistentes, os parceiros devem apoiar os esforços para as criar ou reforçar.

2. Reforçar e usar os sistemas nacionais

É necessário estabelecer, reforçar e usar sistemas nacionais de aquisição, gestão financeira, produção de relatórios, monitorização e avaliação e auditoria. Quando não é imediatamente possível uniformizar completamente os sistemas, o governo e os parceiros deveriam chegar a acordo sobre um conjunto de passos intermédios para reforçar progressivamente os sistemas nacionais e passar a usá-los. Estes sistemas devem cobrir tanto os níveis nacional como descentralizado.

3. Prestação de contas mútua, aprendizagem e acções correctivas.

A cooperação eficaz para o desenvolvimento exige processos apropriados e inclusivos que encorajem todos os parceiros a demonstrar e exigir prestação de contas mútua para o progresso do sector. Estes processos devem ser criados em redor de um processo liderado pelo governo e de diversos intervenientes para o planeamento, a monitorização e a aprendizagem, de modo a garantir um circuito de feedback entre a análise e o planeamento e a promover decisões com base em evidência. Deve incluir - mas não se limitar a - ciclos de revisão formais e participativos, tais com Revisões Conjuntas do Sector e reuniões de coordenação do sector. Também exige que a comunidade internacional apoie e passe a um processo de monitorização global mais ascendente, concentrado em reforçar as capacidades a nível nacional.

4. Registrar e produzir relatórios sobre as despesas dos doadores e domésticas através de sistemas nacionais de orçamentos, ratificados pelos parlamentos dos países em desenvolvimento

A transparência e a previsibilidade dos recursos são vitais para permitir que os governos tenham um papel de liderança em dirigir e monitorizar o investimento do sector. É um pré-requisito do planeamento eficaz do sector a médio e longo prazo, e crucial para a capacidade dos governos de responsabilizarem as agências externas de apoio e vice-versa. Assegurar que os orçamentos são ratificados pelo parlamento também vai ajudar a reforçar a prestação de contas doméstica, e evitar a criação de distorções de responsabilidade que minem os sistemas nacionais.

5. Dar prioridade à equidade e sustentabilidade dos serviços

A eficácia das finanças do sector deveria ser medida segundo a capacidade de criar e prover serviços e instituições equitativos e sustentáveis. Passar de uma abordagem com base nos projectos para uma visão de serviços de WASH duradouros e resilientes é fundamental para a redução da pobreza e o crescimento económico, o que requer que os parceiros apoiem os governos nacionais para que dêem prioridade à criação de instituições mais do que aos resultados a curto prazo.

Impulso necessário para fontes de financiamento inovadoras

A conferência de Addis Ababa pode e deve adicionar impulso significativo ao desenvolvimento de fontes de financiamento inovadoras. Há muito que se debate o potencial de fontes inovadoras, incluindo taxas de transacção financeira, impostos sobre bilhetes aéreos, atribuições dos direitos de saque especiais, taxas de carbono e mecanismos de solidariedade. Em conjunto poderiam proporcionar até USD 635 mil milhões por ano para financiar activos públicos globais, lidar com as mudanças climáticas e lutar contra doenças infecciosas tal como o Ébola, e contribuir substancialmente para a ordem do dia dos ODS.¹³ A Taxa de Transacções Financeiras da França já desbloqueou fundos para a Iniciativa de Provisão de Água e Saneamento Rural do Banco Africano de Desenvolvimento, e 11 estados da UE estão a prosseguir com uma iniciativa importante de Taxas de Transacções Financeiras, mas o progresso geral nestas áreas tem de ser vivamente acelerado.

Acção necessária para desbloquear os compromissos financeiros para o clima



Charlie Bibby/ Financial Times

A falta de saneamento nos bairros degradados e nas povoações informais deixa os habitantes especialmente vulneráveis às inundações e aos impactos das mudanças climáticas. Fotografia: Dhaka, Bangladesh.

É necessário que haja uma aceleração semelhante do progresso para as finanças para o clima mobilizando urgentemente o Fundo Verde do Clima e a promessa de USD100 mil milhões para as finanças anuais do clima, feitas por mais de 100 países no âmbito do Acordo de Copenhaga de 2009, transformado num verdadeiro investimento.¹⁴ As capacidades de muitos países de rendimentos baixos que até à data foram ignorados pelos fundos disponíveis para o clima, também têm de ser reforçadas. O IPCC identifica a água como sendo a ligação fundamental através da qual as mudanças climáticas irão afectar as pessoas e o ambiente, e será importante que estejam disponíveis quantias substanciais de financiamento de adaptação para criar resiliência e reforçar a segurança hídrica, o que é particularmente urgente para as comunidades pobres, que, devido à localização ou natureza já insegura dos serviços de água e de saneamento que usam, são as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. O financiamento de subsídios tem de ser fortemente destacado.

Conclusões

A conferência de Addis Ababa apresenta uma oportunidade importante para identificar os recursos necessários para se conseguir acesso universal a WASH como parte de uma ordem do dia do desenvolvimento sustentável mais ampla. Para concretizar estes direitos humanos, será necessário mobilizar financiamento de fontes públicas, privadas, domésticas e internacionais, e a níveis substancialmente mais elevados dos que se conseguiram durante o período dos ODMs. No entanto, o aumento de recursos tem de ser acompanhado de passos, liderados pelos governos nacionais, para resolver a absorção financeira e melhorar o desempenho do sector, o que irá envolver conseguir a combinação correcta de financiamento recorrente e capital para abordar as taxas de funcionalidade baixa, e melhorar a definição de objectivos do financiamento doméstico e externo para alcançar as comunidades pobres e marginalizadas, frequentemente em comunidades rurais e bairros degradados urbanos. Também vai ser crucial garantir que o financiamento, especialmente de fontes externas, não leve os países em desenvolvimento vulneráveis a ficarem sobre-endividados. Levou décadas para restabelecer muitos países pobres fortemente endividados a uma dívida sustentável, e é necessário tomar muito cuidado para garantir que financiar os ODS não leva a uma nova crise da dívida pós-2015.

Abril de 2015.

Este relatório foi elaborado pelo Grupo de Trabalho da Advocacia Pós-2015 da WaterAid, com contribuições importantes de Clare Battle, Jenny Fredby, John Garrett, Wen Hoe, Henry Northover, Apollos Nwafor, Lisa Schechtman e Louise Whiting.

Notas finais

¹ A legislação local pode ajudar a aplicar os compromissos nacionais nestes programas, ver por exemplo o Governo do RU, que está em processo de legislar sobre o alvo de 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) para 2015 e anos futuros.

² Comentário Geral, 2002

[www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/\\$FILE/G0340229.pdf](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/0/a5458d1d1bbd713fc1256cc400389e94/$FILE/G0340229.pdf)
UNGA Resolution 64/292 <http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/64/292&lang=E>

³ O relatório GLAAS de 2012 (p29) salienta que a distribuição de serviços de água, saneamento e higiene (WASH) é frequentemente injusto - por exemplo, apesar de 75% das pessoas sem serviços se encontrarem em zonas rurais, 75% das despesas do governo visam as zonas urbanas. Do mesmo modo, somente 31% das despesas visaram programas recorrentes de operação e manutenção, apesar de as despesas de operação e manutenção representarem 75% das necessidades de financiamento. Finalmente, os gastos no saneamento representaram somente 27% das despesas totais para WASH e as despesas de higiene 0,3-8,2% das despesas totais de WASH.

⁴ Report of the Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing, 2014, Zero draft of the Addis Ababa Accord, 2015. See also Financing Sustainable Development: Implementing the SDGs through Effective Investment Strategies and Partnerships, 2015, Guido Schmidt-Traub and Jeffrey D. Sachs.

⁵ Postel EG May 2014 *Financing the future, why domestic resource mobilization belongs on the post-2015 development agenda*. USAID

⁶ Relatório sobre a Água, da OMS e ONU 2012 *UN-Water GLAAS 2012 report* p.26

⁷ WaterAid 2009 *Access for the poor and excluded: tariffs and subsidies for urban water supply* (2009)

⁸ WaterAid 2013 *Keeping Promises: why African leaders need now to deliver on their past water and sanitation commitments*.

⁹ Ver, por exemplo, os documentos de ICESDF (2014) e Elements (2015).

¹⁰ Greenhill and Ali, *Paying for Progress*; Eurodad, *UN Financing for Development Negotiations*, (2014); documento Elements da ONU.

¹¹ A Assistência Oficial ao Desenvolvimento foi em média 0,3% do RNB em 2013, sendo 0,09% do RNB atribuído a LDCs, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a recuperação da ajuda em 2013 deve ser o mais elevada de sempre. Ver também Guido Schmidt-Traub and Jeffrey D. Sachs, 2015.

¹² Estes comportamentos são retirados de dez estudos de casos analisados pela Equipa de Trabalho dos Processos Nacionais de Saneamento e Água para Todos.

¹³ Fontes: Estatísticas do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE; ONU (2012), Inquérito Mundial Económico e Social: Em Busca de Novo Financiamento para o Desenvolvimento.

¹⁴ Por exemplo, os países industrializados prometeram USD34 mil milhões para o financiamento acelerado no âmbito do Acordo de Copenhaga de 2009, mas somente 10% foi desembolsado. Nota informativa de Oxford Policy Management, 2013. Para ver os compromissos entre as mudanças climáticas e o financiamento do desenvolvimento, veja Homi Kharas, Annalisa Prizzon e Andrew Rogerson, 2014, *Financing the post-2015 sustainable development goals*, Overseas Development Institute.

Austrália: JonathonGurry@wateraid.org
ABN 99 700 687 141

Canada: AndreaHelfer@wateraid.org
Numéro d'enregistrement d'organisme de bienfaisance # 119288934 RR0001

Global/RU: JohnGarrett@wateraid.org
Números de registo de obras de beneficência 288701 (Inglaterra e País de Gales) e SC039479 (Escócia)

Suécia: JennyFredby@wateraid.org
Org.nº: 802426-1268, PG: 90 01 62-9, BG: 900-1629

EUA: LSchechtman@wateraidamerica.org

A WaterAid América é uma organização para fins não lucrativos 501(c) (3)